**REUNIÃO DE CONSULTA DOS ESTADOS PARTES**

**NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO**

REUNIÃO DE CONSULTA DOS ESTADOS PARTES OEA/Ser.K/L.1

12 de setembro de 2022 RCEPTER/doc.12/22

Washington, D.C. 23 setembro 2022

 Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

DA REUNIÃO DE CONSULTA DOS ESTADOS PARTES

NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO

(Preparado pela Secretaria do CICTE)

RELATÓRIO FINAL

DA REUNIÃO DE CONSULTA DOS ESTADOS PARTES

NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O TERRORISMO

(Preparado pela Secretaria do CICTE)

**Sessão de abertura**

A Reunião de Consulta dos Estados Partes na Convenção Interamericana contra o Terrorismo foi convocada pela Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro, em 17 de março de 2022, a pedido do Governo do Peru. Em seguida, e em conformidade com a resolução do Conselho Permanente CP/RES. 1200 (2384/22), a reunião foi realizada em formato virtual (plataforma KUDO), em 12 de setembro de 2022, com início às 10h00 (EDT).

Com a maioria dos Estados Partes presentes,[[1]](#footnote-1) a reunião foi aberta pela Subsecretária de Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores do México, Martha Delgado Peralta, na qualidade de Presidente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

A Subsecretária Delgado deu início à reunião com um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do terrorismo. Continuou salientando o significado do vigésimo aniversário da assinatura da Convenção, os desafios que o terrorismo e o extremismo violento – em especial, o terrorismo com motivação étnica ou racial – continuam a suscitar para a paz e a segurança internacionais, e a importância da coordenação e da cooperação para prevenir e combater o terrorismo, inclusive por intermédio do Comitê Interamericano contra o Terrorismo ([RCEPTER/INF.4/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01538T03.docx)) .

**Eleição da Presidência e da Vice-Presidência**

A Subsecretária continuou a sessão propondo que, em virtude das expressões formais de interesse das delegações do Peru e dos Estados Unidos em atuar como Presidente e Vice-Presidente da reunião, respectivamente, sua eleição fosse por aclamação. A moção foi aprovada.

A Senhora Ana Cecilia Gervasi Díaz, Vice-Ministra das Relações Exteriores do Peru, aceitou a nomeação em nome do Governo do Peru ([RCEPTER/INF.5/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01539T03.docx)). A Vice-Ministra reconheceu o significado histórico da data da reunião, considerando que 12 de setembro marca o trigésimo aniversário da captura do principal líder terrorista do Peru e o início do retorno a uma vida pacífica sem medo; e também que 11 de setembro marcou o vigésimo aniversário dos ataques contra os Estados Unidos, evento comprovador de que o terrorismo não conhece fronteiras e que nenhum país está imune a seu impacto.

Em seguida, assinalou a importância da Primeira Reunião de Consulta dos Estados Partes na Convenção como uma oportunidade de revisitar a sua implementação ao longo das duas últimas décadas e também de discutir os novos desafios que a região enfrenta, como o extremismo violento e o uso malicioso das tecnologias da informação e das comunicações (TICs). Também sublinhou a importância de dar apoio contínuo às vítimas do terrorismo. Nesse sentido, fez um apelo às organizações internacionais, regionais, nacionais, do setor privado e da sociedade civil para que continuem trabalhando juntas e de forma coordenada.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, aceitou a indicação para a Vice-Presidência da Reunião de Consulta, em nome dos Estados Unidos ([RCEPTER/INF.13](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01549T03.docx)). Iniciou sua fala chamando a atenção para o vigésimo primeiro aniversário dos acontecimentos de 11/9, declarando que esses ataques haviam galvanizado esforços no Hemisfério Ocidental para prevenir e combater o terrorismo, sob a liderança do CICTE. Observou que a Convenção propiciara uma estrutura para a implementação desses esforços e destacou, entre outros êxitos, um aumento do intercâmbio de informações entre funcionários de fronteira e outras entidades governamentais. Esses esforços, enfatizou, atenderam aos valores democráticos da região e levaram em conta considerações sobre direitos humanos.

O Secretário Blinken observou ainda que, apesar do progresso significativo no combate ao terrorismo, por parte dos Estados membros da OEA, inclusive mediante a promulgação de legislação nacional e a implementação de normas internacionais, os terroristas vinham usando novas maneiras de perseguir seus objetivos. Em especial, mencionou que os terroristas buscam maneiras inovadoras de cruzar as fronteiras; de obter fundos para financiar suas atividades; e de criar rupturas na cadeira de suprimento e na infraestrutura crítica, inclusive mediante a exploração das vulnerabilidades cibernéticas. Concluiu suas observações ressaltando que a Convenção havia promovido a cooperação permanente entre os Estados membros da OEA, que é essencial para o enfrentamento dessas ameaças de segurança.

**Aprovação da agenda, do calendário e do regulamento**

Na conclusão das observações da Vice-Presidência, o Diretor-Geral de Assuntos Multilaterais e Globais do Ministério das Relações Exteriores, Paul Fernando Duclos Parodi, assumiu a liderança da reunião em nome do Governo do Peru, lembrando às delegações que todos os documentos da reunião tinham sido considerados e acordados em uma reunião informal realizada em 31 de agosto de 2022, e, novamente, em uma reunião preparatória realizada em 7 de setembro de 2022, ambas em formato virtual.

Com isso, a Presidência submeteu à consideração dos Estados Partes a agenda ([RCEPTER/doc.3 rev 4),](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_22/CICTE01533P03.docx) o calendário ([RCEPTER/doc.4/rev.5](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_22/CICTE01534P03.docx)) e o regulamento ([RCEPTER/doc.7 rev.2](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_22/CICTE01535P03.docx)), todos eles aprovados sem modificação.

**Discurso principal**

A Presidência ofereceu, então, a palavra ao Subsecretário-Geral Adjunto e Diretor do Escritório de Contraterrorismo das Nações Unidas (UNOCT), Raffi Gregorian, que pronunciou o discurso principal. ([RCEPTER/INF.6/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01540T03.docx))

O Subsecretário Gregorian avaliou o atual cenário global de ameaça terrorista e ofereceu informações sobre como as Nações Unidas promovem a cooperação regional e internacional para prevenir e combater o terrorismo, no âmbito da Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo.

Salientou, em especial, os crimes da Daexe no Iraque e na Síria; a progressiva ameaça terrorista em partes da África; a crescente ameaça terrorista transnacional de pequenos grupos e atores isolados, motivados por xenofobia, racismo e outras formas de intolerância; a necessidade de maior atenção aos direitos humanos e ao Estado de Direito, inclusive o respeito pela igualdade de gênero e pelos direitos da criança, defendendo os direitos e necessidades das vítimas do terrorismo; e a necessidade de fortalecer a consciência, a capacidade e a preparação tecnológicas, para combater o terrorismo na era das tecnologias transformadoras.

Concluiu salientando o papel fundamental das organizações regionais no combate ao terrorismo e na prevenção do extremismo violento e lembrou que Conselho de Segurança das Nações Unidas fez um apelo às organizações regionais “para que desenvolvam a capacidade de ajudar os Estados membros nos esforços por enfrentar as ameaças à paz e à segurança internacionais suscitadas por atos de terrorismo”.

**Diálogo Ministerial**

O discurso principal foi seguido de um diálogo ministerial de alto nível destinado a oferecer um olhar crítico e construtivo à relevância da Convenção e sua implementação nos últimos vinte anos, refletindo, ao mesmo tempo, sobre os novos e emergentes desafios terroristas e as oportunidades de cooperação. A Presidência ofereceu a palavra, em primeiro lugar, ao Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro.

O Secretário-Geral Almagro refletiu sobre como, vinte anos após sua aprovação, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo se tornou um instrumento essencial para os esforços globais por prevenir e combater o terrorismo, mediante a promoção de sinergias entre o Sistema das Nações Unidas e o Sistema Interamericano e a facilitação da cooperação hemisférica e do intercâmbio de informações em todos os níveis. Também reconheceu o papel do Comitê Interamericano contra o Terrorismo nessa área.

Além disso, o Secretário-Geral fez um apelo aos 10 Estados signatários que ainda não ratificaram a Convenção a que considerem fazê-lo, e convidou todos os Estados Partes a que definam passos concretos para continuar implementando as disposições da Convenção e renovar seu compromisso de prevenir e combater todas as formas de terrorismo na região ([RECEPTER/INF. 7/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01541T03.docx)).

A Presidência, então, franqueou a palavra às intervenções dos Estados Partes na Convenção. As delegações da Guiana, Canadá, Trinidad e Tobago ([RCEPTER/INF. 12/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01547T03.docx)), Argentina, Brasil ([RCEPTER/INF. 8/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01542T03.docx)), Panamá ([RCEPTER/INF. 9/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01543T03.docx)), Chile ([RCEPTER/INF. 11/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01546T03.docx), Guatemala, México ([RCEPTER/INF. 14/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01550T03.docx)), El Salvador ([RCEPTER/INF. 10/ 22),](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01544T03.docx) República Dominicana, Paraguai, Costa Rica e Colômbia falaram em nome de seus respectivos governos. Nenhuma outra delegação pediu a palavra.

**Aprovação da Declaração e das Recomendações**

A Presidência submeteu, então, à consideração dos Estados Partes, o projeto de Recomendações ([RCEPTOR/doc.5/rev.6](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_22/CICTE01536P03.docx)) e o projeto de Declaração ([RCEPTER/DEC. 1/22](http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_22/CICTE01537P03.docx)) da Reunião de Consulta, ambos aprovados sem modificações.

Antes de concluir a reunião, a Presidência lembrou que, conforme dispõe a Declaração recentemente aprovada, a próxima Reunião de Consulta dos Estados Partes na Convenção será realizada em 2027.

Não tendo sido sugeridos outros assuntos, a reunião virtual foi concluída às 12h10 (EDT).

CICTE01545P05

1. . A lista de participantes foi distribuída como [RCEPTER/doc.10/rev.1/22](http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_22/CICTE01548T02.docx) [↑](#footnote-ref-1)